

### ATA DA 25ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

**Data:** 27 de Julho de 2012 – Sexta-Feira.

**Duração:** das 16h às 21h38.

1. Avaliação dos testes psicológicos
2. Julgamento dos processos administrativos
3. Credenciamento e recredenciamento de cursos de especialização
4. Pontos financeiros
5. Política Internacional do CFP
6. Indicação de candidatas à 12ª Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz
7. Política Nacional de Saúde Funcional
8. Relatório DENASUS
9. Saúde + 10
10. Seminário de Álcool e Outras Drogas

**DIRETORIA:**

1. Humberto Cota Verona – Presidente
2. Clara G. Ribemboim – Vice-Presidente
3. Monalisa N. dos Santos Barros – Tesoureira
4. Aluizio Lopes de Brito

**CONSELHEIROS (AS):**

5. Flávia Cristina S. Lemos
6. Heloíza Helena M. A. Massanaro
7. Marilene Proença R. de Souza
8. Ana Luíza de Souza Castro
9. Ângela Maria Pires Caniato
10. Ana Paula P. Noronha
11. Henrique José L. F. Rodrigues
12. Maria Ermínia Ciliberti
13. Sandra Maria F. de Amorim
14. Marilda Castelar
15. Roséli Goffman
16. Márcia M. Saadallah

**AUSENTES:**

17. Deise do Nascimento
18. Adriana E. Matsumoto
19. Tânia S. A. Brasileiro
20. Cynthia Rejane C. A. Ciarallo
21. Celso Francisco Tondin

O presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP –, Humberto Verona, saudou a todos e a todas e, antes de dar início aos trabalhos, apresentou as coordenadoras Marta Klumb e Jerusa Vasconcelos, que ocupam, respectivamente, as coordenações de Assuntos Corporativos e Relações Institucionais. Informou que elas estão trabalhando os processos de trabalho de suas coordenadorias, para efetivar o funcionamento da nova estrutura. A partir de 1º de agosto de 2012 não haverá mais NAPG, NAOC e COTEC, e o CFP começará, efetivamente, a funcionar dentro da nova estrutura organizacional. As duas coordenações passarão a ser Coordenação de Assuntos Corporativos e Coordenação de Relações Institucionais e, juntamente com a Coordenação Administrativa e Financeira, irão operar todas as atividades do conselho. O presidente falou que o organograma com nomes e cargos da nova estrutura está sendo construído e, assim que finalizado, será enviado aos conselheiros. Pediu para que as atribuições de cada coordenação fossem enviadas juntamente com o organograma.

#### **AVALIAÇÃO DOS TESTES PSICOLÓGICOS**

A conselheira Ana Paula Noronha informou que, no final do semestre passado, a COTEC fez um levantamento para saber o tempo usado para analisar os testes, e verificou-se que o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI – está dentro do prazo, exceto em relação aos testes ESAVI – Escala de Avaliação de Impulsividade – formas A e B e ao ESQ2 – Questionário de Avaliação do Candidato. Passados esses dois, tudo está dentro dos prazos. Justificou o atraso, explicando que o primeiro instrumento foi enviado a um *parecerista* no final do ano passado, e este, até abril, não havia emitido o parecer, portanto, foi encaminhado a outro, que apresentou o parecer dentro do prazo estabelecido. A primeira avaliação, foi da escala de impulsividade, formas A e B. Esse relatório foi analisado pela Comissão Consultiva, que entendeu que o instrumento possui as condições e os critérios mínimos para ser considerado teste psicológico e sugeriu que ele fosse aprovado com as duas sugestões de inclusão da Ficha do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo – Sinpsi – e que explicasse pormenorizadamente como se obter as transformações para as tabelas normativas, a fim de deixar o manual mais claro. Falou também sobre o Questionário de Avaliação do

Candidato, que também tem material de projeção, o ESQ2. Esse instrumento chegou ao SATEPSI em março e, em maio, recebeu o parecer, o qual foi avaliado pela Comissão Consultiva e entendido como um instrumento desfavorável por uma série de razões, dentre elas, o fato de ser muito simples, impreciso, sem nenhuma linha de fundamentação teórica. Em razão disso, esse instrumento não foi aprovado para uso do psicólogo.

O presidente Humberto Verona indagou à conselheira Ana Paula se, no primeiro caso, o instrumento estaria aprovado para ser usado pelos psicólogos e se, no segundo caso, era um teste considerado psicológico, mas tecnicamente inutilizável. A conselheira disse que, no segundo caso, o ESQ2 foi encaminhado como um manual, mas que o material submetido à avaliação estava muito precário, devendo ser reformulado. O parecer detalhado será encaminhado para o autor com as sugestões e apontará os déficits do manual.

Após esclarecimentos, os pareceres da comissão consultiva para os instrumentos apresentados foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. O presidente retomou o ponto e perguntou quem era favorável à aprovação do Teste ESAVI, sendo este aprovado por unanimidade. Em seguida, perguntou quem concordava com o parecer desfavorável da Comissão Consultiva sobre o material ESQ2, que também foi aprovado por unanimidade.

## JULGAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

### 1. Processo nº 04/12 - Recurso do Processo nº 7464/2011 do CRP 06

O relator Aлуizio Brito apresentou o processo e votou por conhecer e negar provimento ao recurso interposto, mantendo a decisão de indeferimento do pedido do registro de título de Especialista em Psicologia do Trânsito, prolatada pelo CRP 06.

O voto do relator de indeferimento ao pedido foi aprovado por maioria e uma abstenção.

### 2. Processo nº 03/2012 - Recurso do Processo 004/2011 do CRP 08



A relatora Flávia Lemos apresentou o processo e votou por conhecer e negar o provimento ao recurso interposto, mantendo a decisão do CRP 08 de indeferir o cancelamento do registro profissional. Como houve questionamentos e o plenário não se sentiu esclarecido o suficiente para votar, decidiu-se elencar as dúvidas e encaminhá-las ao regional para investigação e buscar informações sobre as atribuições do cargo ocupado pelo recorrente e sua atuação profissional. Posteriormente este processo retornará ao plenário. Portanto, a votação foi suspensa.

### CRENCIAMENTO E RECRENCIAMENTO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

O conselheiro Aluizio Brito apresentou os seguintes processos:

1. **Processo nº 026/2011** – Credenciamento do Núcleo Formador E. A. Estudos Avançados Ltda. – ME/ Curso oferecido: Psicologia Psicanalítica Contemporânea, Particularmente a Psicossomática/ Especialidade: Psicologia Clínica.

Parecer da Comissão favorável ao credenciamento aprovado por unanimidade.

2. **Processo nº 003/2012** – Recredenciamento do Núcleo Formador Instituto de Gestalt Terapia de Brasília – IGTB/ Curso oferecido: Especialização em Psicologia Clínica na Perspectiva da Gestalt-Terapia/ Especialidade: Psicologia Clínica.

Parecer da Comissão favorável ao recredenciamento aprovado por unanimidade.

3. **Processo nº 007/2012** – Credenciamento do Núcleo Formador Universidade São Francisco/ Curso oferecido: Psicologia do Trânsito: Formação de Especialista/ Especialidade: Psicologia do Trânsito

Parecer da Comissão favorável ao credenciamento aprovado pela maioria, com a abstenção da conselheira Ana Paula Noronha.

O presidente Humberto Verona propôs que o Planejamento Estratégico fosse o primeiro ponto de pauta da próxima plenária, considerando a necessidade de tempo para fazer um levantamento referente ao assunto. A conselheira Deise Nascimento foi indicada para acompanhar, junto à Secretária da Gerência, o andamento do planejamento e responder demandas sobre ele. A conselheira será consultada sobre a disponibilidade para assumir tal responsabilidade.

## PONTOS FINANCEIROS

A conselheira Monalisa Barros começou apresentando o mapa gerencial de 2012 (em anexo). Falou sobre a diferença da conta divulgação e da conta do Conselho, explicando que a conta divulgação é destinada às políticas do Sistema Conselhos e seu uso deve ser aprovado na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos – APAF. Discorreu sobre os recursos do CFP e do Sistema Conselhos; mostrou o Centro de Custos da conta do CFP e suas divisões e falou dos valores de cada área, informando que estão com um bom orçamento. Solicitou que todos acompanhassem e acrescentou que todos receberiam o mapa impresso. Falou, ainda, de cada um dos projetos contemplados no mapa gerencial, da conta divulgação, da parceria com o CRP 06 para o financiamento da 2ª Mostra e também das concessões de empréstimos aos CRPs. Pediu aos conselheiros para avaliarem o Centro de Custos, pois todos têm responsabilidade sobre ele. A conselheira Roseli Goffman concordou que a responsabilidade por cada item do centro de custos é atribuição de todo o plenário, não somente da Diretoria. Por isso, considerou necessária uma avaliação mais detalhada sobre ele e sobre a prestação de contas de todos os gastos referentes à 2ª Mostra, observando que esse evento está inscrito em vários centros de custos.

Monalisa Barros solicitou a impressão do Centro de Custos da 2ª Mostra e distribuiu-o aos conselheiros para avaliação, com o encaminhamento de que as dúvidas e questionamentos fossem apresentados e esclarecidos no segundo dia de plenária. Somente depois, este seria submetido à aprovação.

- **Apreciação da Prestação de Contas do Convênio da ABEP ref. 2011**

Monalisa Barros apresentou o parecer da tesouraria sobre a prestação de contas referente ao convênio de cooperação técnica, científica e financeira com a ABEP e o submeteu à apreciação do plenário para deliberação. O parecer foi aprovado por unanimidade.

- **Apreciação da Prestação de Contas do Convênio do Fórum DCA ref. 2011**

Monalisa Barros explicou que o convênio com o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA – tem como objeto a cooperação financeira para o desenvolvimento de projeto de monitoramento baseado em dados da infância e adolescência brasileira. Informou que a prestação de contas desse convênio foi analisada pela tesouraria e, segundo a análise, as despesas executadas estão condizentes com o plano de trabalho. Portanto, a opinião é favorável à aprovação da prestação de contas do referido convênio, sendo necessária também apreciação do plenário. A conselheira Flávia Lemos expôs uma dúvida em relação à problemática acerca de uma verba de 30 mil reais solicitada pelo Fórum DCA e aprovada pelo plenário do CFP. Essa verba foi prevista na gestão passada para a realização de uma atividade com adolescentes de todo o país, porém nada foi feito. Monalisa disse que esse dinheiro não foi destinado a um evento específico, mas sim à sustentabilidade do Fórum ao longo de todo o ano de 2011. Porém, diante da dúvida, sugeriu suspender a aprovação para que Flávia Lemos pudesse averiguar a situação. O presidente Humberto Verona reforçou a necessidade de apuração. Disse que era preciso examinar com o setor Financeiro, apurar o fato e, se for o caso, pedir a devolução do dinheiro. Essa aprovação será discutida após averiguação.

### **POLÍTICA INTERNACIONAL DO CFP**

O presidente Humberto Verona informou que esse ponto é remanescente da plenária passada, trazendo duas questões para a pauta. Uma é a necessidade de aprofundar as discussões sobre o que o CFP quer em relação à aproximação e à parceria internacional, lembrando que há dois grupos de países com os quais o CFP já definiu estabelecer parcerias: com os países de Língua Portuguesa e com a América Latina, por intermédio da União



Latino-Americana de Entidades de Psicologia – ULAPSI. Falou das representações e informou que a conselheira Adriana Eiko foi eleita para representar o CFP no Comitê Gestor da ULAPSI. Já houve uma reunião coordenada por Adriana Eiko com todas as entidades brasileiras filiadas à ULAPSI, ocasião em que apareceram algumas questões, que serão levadas para a próxima reunião do colegiado. Disse que o CFP ainda não pautou e não fez uma discussão detalhada sobre o que quer da ULAPSI. O plenário precisa pensar na forma de elaborar e também em propostas do CFP para discutir o desenvolvimento de suas relações com os países da América Latina. Sobre os países de Língua Portuguesa, Humberto Verona falou da participação do CFP no Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses, em Portugal, que contou também com a participação de três países africanos. Nesse Congresso, cinco temas foram prioritários, por serem de interesse comum dos países participantes. O Brasil ficou encarregado de organizar o tema “Mundo Digital” para o evento, que vai acontecer no dia 19 de setembro de 2012. A Diretoria do CFP indicou alguns nomes para acompanhar o tema e fazer o levantamento do assunto e também outros nomes para acompanhar os outros países e os outros temas. A política e as propostas de parcerias precisam ser discutidas e aprofundadas para serem levadas ao encontro de setembro, em que deverá ser pautada. O presidente solicitou que os conselheiros pensassem propostas para que o CFP possa avançar na construção da política internacional e as apresentassem em uma plenária futura. O outro aspecto dessa política que precisa de uma discussão detalhada é em relação aos critérios de participação internacional. Segundo Humberto Verona, a Diretoria discutiu e verificou a necessidade de estabelecê-los e disse que estes são necessários para se aceitar ou recusar os convites internacionais recebidos. Informou que há vários convites que devem ser avaliados a partir da discussão dos critérios. A pedido da Diretoria, a conselheira Clara Goldman elaborou um esboço de algumas ideias para tais critérios.

A conselheira Ana Paula Noronha questionou se a Biblioteca Virtual em Saúde – BVS – estava incluída na pauta da reunião da ULAPSI e se foi discutida, obtendo resposta negativa. Ana Paula propôs, então, a inclusão da BVS na discussão.

A conselheira Ângela Caniato relatou que recebeu, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP –, um convite para um evento no Panamá sobre formação em Psicologia, do qual demonstrou interesse em participar. Como não tinha autorização do CFP, informou que enviou, individualmente, o documento sobre a formação, construído na oficina, com possibilidade de ser aceito. Pediu para incluir esse evento na lista dos convites a serem apreciados. Considerou que, como critério, o CFP deve apoiar a participação nos eventos e as pessoas enviadas, como também propostas de mesas redondas, seminários e conferências.

A conselheira Flávia Lemos sugeriu fortalecer a participação e a construção das relações internacionais junto ao Fórum das Entidades de Psicologia – FENPB.

Na opinião da conselheira Sandra Amorim, os critérios precisam ser bem definidos e, dentre eles, propôs uma avaliação do convite, verificando se ele tem um propósito específico, se a demanda tem algum vínculo estabelecido com as ações do CFP, se o Conselho terá uma participação efetiva no evento e se a participação é interessante para a instituição. Disse que é preciso separar duas questões: o que é representação institucional e o que propõe o convite, além de qual será a demanda para o CFP. É preciso avaliar institucionalmente e definir os critérios. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti considerou fundamental estabelecer critérios, porém gostaria de uma avaliação sobre a ULAPSI e de pactuar o que o CFP espera dela, para, somente depois, definir os critérios. Na sua avaliação, a ULAPSI contemplou apenas o espaço acadêmico, a formação, e não a prática, o serviço. Disse que é preciso uma discussão a respeito do critério de apresentar trabalho e também sobre os critérios para apoio e parceria junto a outras entidades. Sugeriu pautar uma questão de cada vez. A conselheira Monalisa Barros disse que existiram dois momentos de discussão de participação em congressos que foram muito interessantes. Relatou que, antes do evento de Portugal e do Uruguai, uma reunião telefônica foi realizada com o objetivo de estabelecer o compromisso, o papel dos participantes e o que era esperado. Falou da responsabilidade dos representantes em defender a posição do CFP. Ressaltou que o CFP somente participa de eventos em que tem espaço para falar de sua política. Como



critério de participação, sugeriu que o participante tenha a responsabilidade de representar o CFP e defender os posicionamentos deste coletivo em todos os momentos do evento, independentemente de sua posição pessoal. Com relação às entidades, disse que o CFP participa do FENPB, em que todas as entidades são filiadas à ULAPSI. Avaliou que sempre haverá críticas por parte de entidades que não são parceiras, bem como dentro do próprio Sistema Conselhos, por regionais que são da oposição. Falou de um convite que surgiu a partir da participação do CFP em um evento no Peru, que discorreu sobre a atuação do psicólogo na atuação primária. Informou que o Peru demonstrou interesse em conhecer a política de saúde pública no Brasil e convidou o CFP para ser parceiro junto ao Colégio de Psicólogos do Peru na construção de um projeto para a política de saúde pública nesse país. Disse que a Diretoria já discutiu o convite, mas o plenário precisa avaliar se é interessante apoiar esse projeto. Reforçou a necessidade de construir critérios.

A conselheira Ângela Caniato considerou necessário esclarecer melhor o que esse plenário entende por política do CFP. Avaliou que a ação do psicólogo deve ser científica e a ação do CFP deve estar ligada à formação. Não existe cisão entre prática profissional e academia, pois necessariamente a prática do psicólogo está embasada numa teoria científica que necessariamente passa por uma visão política e por uma visão de homem. Criticou essa cisão vista, muitas vezes, dentro do CFP e manifestou incômodo com tal situação. É preciso ter cuidado com a ciência. Manteve a proposta de que um dos critérios a ser utilizado na apresentação de trabalhos é de que este seja na área acadêmica ou de uma prática profissional.

A conselheira Marilene Proença disse que é importante criar uma clareza maior da relação que se estabelece entre os campos da discussão acadêmica e político e academia *versus* prática profissional, pois ela é sempre recorrente. É preciso acabar com tal dicotomia dentro do Sistema Conselhos, pois todos estão unidos em prol de uma militância ético-política, para a formação e atuação profissional dentro da sociedade brasileira. Considerou interessante ampliar as práticas, incluindo ações conjuntas, pensar em ações políticas internacionais, pensar no norte do CFP para essa política e na finalidade dessa ação de articulação política com outros países. Pensar,

também, com o que o CFP pode contribuir para a construção de ações conjuntas com colegas de outros países.

O presidente Humberto lembrou que o foco e o eixo dessa discussão são os critérios para avaliar os convites de eventos internacionais.

A conselheira Roseli Goffman falou, também, dessa dicotomia. Considerou que, antes de pensar nos critérios, é preciso pensar nas estratégias que o CFP tem, ou seja, se for interessante para a psicologia brasileira, o CFP deve participar. Segundo a conselheira, antes de organizar os critérios, é importante mapear se é interessante ou não a participação. É importante, também, ter o critério da estratégia de participação, escolher os parceiros e, depois disso, os critérios surgirão automaticamente.

A conselheira Sandra Amorim também concordou com a indissociabilidade entre acadêmico e político. Em sua opinião, o que está faltando não é uma discussão sobre a academia, mas uma reflexão sobre até que ponto o plenário está conseguindo institucionalizar suas falas e como ele vai estabelecer critérios em cima desse fato, ou seja, escolhendo os lugares que julga interessante estar como instituição, e não pessoalmente. Ressaltou que é preciso pensar em como será a participação do conselheiro em determinado evento, pois está faltando até que ponto irá a institucionalização.

A conselheira Ana Luiza Castro questionou o fato de o tema da dicotomia entre academia e prática sempre retornar ao plenário. Falou que, no Congresso de Montevideu, houve mesa com três pessoas e mesas sem convidados. Ressaltou que é preciso ter clareza quanto aos critérios e definir as prioridades do CFP.

Em relação aos critérios, a vice-presidente Clara falou em construir uma lógica de relacionamento que tenha como foco a promoção da psicologia brasileira. Que seja possível uma relação internacional, em que a qualidade dos serviços psicológicos no Brasil possa ser beneficiada. É preciso não só estar presente no evento, mas sim garantir parcerias e articulações que tragam benefícios para a psicologia e não promoção pessoal. Apresentou um esboço de critérios que seriam de uso para as relações internacionais e não somente

para a participação em eventos. É preciso rever o que está instalado, analisar qual projeto político o CFP engaja. Leu os critérios. Disse que era uma questão de austeridade. Não pode haver dicotomia.

Humberto Verona disse que há um conjunto de critérios que precisam ser discutidos. Entendeu que a discussão telefônica que avaliou a ULAPSI foi importante, pois, nela, se discutiu o formato que tem sido utilizado nos congressos da ULAPSI. É preciso repensar o que está sendo chamado de formato acadêmico, que não é o exercício do pensamento, da reflexão, da transmissão que acontece na academia, mas o formato, a maneira de fazer. É preciso pensar nas idas e nas participações, o que fazer e o que levar.

A conselheira Maria Ermínia disse que o Conselho tem que regular, mas não cuidar da formação. A prioridade não é ir para fazer mesa, mas sim a construção política e de articulação. É preciso fazer mesa que tenha debate, diversidade. Deixar claro o papel do conselheiro e da especialidade. Criticou a falta de material no Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS. Falou da quantidade de eventos. É importante priorizar os eventos que estão incluídos no planejamento estratégico.

A conselheira Marilda Castelar disse que, para os eventos internacionais, é preciso que os representantes produzam documentos sobre eles. Sentiu falta de um quadro mostrando a organização da psicologia nos outros países. Acrescentou que é preciso apresentar esse mapeamento no site, mostrando o que o CFP, leva e traz dos eventos internacionais. Segundo ela, a BVS poderia ter um espaço onde se organizasse a leitura do desenvolvimento e organização da Psicologia no mundo e nos países da América Latina e de Língua Portuguesa. Esse espaço seria importante para os profissionais sabermos se movimentar em congressos e eventos internacionais. É preciso ter essas informações sistematizadas para que a categoria possa se movimentar no mundo e na América Latina.

Flávia Lemos concordou com os critérios apresentados e comentou sobre a demanda dos temas das mesas. É preciso fomentar essa demanda e dar visibilidade no site e no Facebook a respeito do retorno do evento, informando aos colegas. A rede social é uma arma de ativismo político muito



grande e pouco usada por este conselho. Reforçou a necessidade de divulgação. É importante, também, ter uma dimensão do papel do professor numa universidade como formador de opinião. Existe uma dominação do poder saber que é fundamental na hora de uma eleição. Sugeriu que fossem localizadas pessoas para participar das mesas que tivessem impacto nas suas falas, que saibam persuadir e movimentar as pessoas, pois saber sem persuasão não gera impacto.

O conselheiro Aluizio Brito acrescentou que é preciso se ter muito claro que as ações políticas são a prioridade. Ir para eventos talvez nem sempre seja o caso de divulgar ideias e políticas. Porém, há eventos que são interessantes para se fazer articulações e construir alianças. É preciso avaliar se o evento se destina a divulgar políticas e, se assim o for, quais seriam essas políticas. É preciso, por isso, verificar se essas políticas estão na pauta prioritária do sistema, além de analisar se o evento é versa sobre articulação, alianças, vínculos, pois, se não o for, não é necessário estar presença.

Maria Ermínia acrescentou o critério de priorizar os eventos sobre a diversidade da psicologia brasileira. Criticou a falta de participação nos eventos da rede de educação popular.

O presidente Humberto Verona disse que a Diretoria trabalhará nos critérios apresentados e os encaminhará aos conselheiros, distribuindo nas próximas plenárias as questões que o CFP quer propor à ULAPSI e para os países de Língua Portuguesa e deverá fazer o mapeamento da Psicologia nos países da América do Sul e de Língua Portuguesa. Essa é uma tarefa a ser distribuída ao longo das próximas plenárias.

A vice-presidente Clara Goldman salientou a impossibilidade de acolher todas as demandas de eventos, sendo preciso definir prioridades. É necessário começar a pensar em projetos parceiros. Explicou que isso não é um retrocesso, mas uma reflexão sobre o lugar do CFP.

O presidente falou dos eventos Congresso de Washington, 1º Congresso Latino-Americano em Prisões, V Congresso da Sociedade

Portuguesa. Falou-se também sobre a ALFEPSI-Panamá - 1º Congresso da Associação Latino Americana de Formação em Psicologia.

Após as deliberações dos conselheiros, foram definidos os seguintes critérios para financiamento e participações do CFP em eventos internacionais:

- Pensar em uma política para a BVS.
- Fortalecer a relação do CFP junto ao Fórum das Entidades.
- Eventos que possibilitem a divulgação e debate acerca das atividades desenvolvidas no CFP.
- Análise sistemática da relação custo-benefício do investimento sob a ótica prioritária da promoção qualitativa da prática profissional no país e fora dele.
- Exclusividade de investimentos que digam respeito à necessidade de trazer para o espaço público temáticas, políticas e ações presentes no plano estratégico do CFP.
- Possibilidade de parcerias, tendo como fundo, ações institucionais e não experiências de natureza individual.
- Representação sempre de natureza institucional que implica em participação nas atividades alvo e cumprimento das atribuições de representação.
- Clarificação das relações institucionais e do lugar do CFP no conjunto das parcerias.
- Temáticas estrategicamente definidas pelo plenário do CFP e debatidas pelo conjunto dos conselheiros.
- Organização de mecanismos que promovam diálogo com a categoria a partir das relações internacionais.
- Avaliar se o evento será para divulgar a política e qual a política.
- Avaliar se o evento é para fazer alianças e/ou promover articulações.
- Priorizar eventos que considerem a diversidade da psicologia brasileira.
- Eventos que articulem a inclusão da voz dos cidadãos e cidadãs, do movimento social organizado e usuários do serviço da psicologia.

Ao final da discussão do ponto, ficaram acordados os seguintes encaminhamentos:

- Foi corroborada a aprovação da ida de Karina (SI), Roberta Azzi e Imaculada ao Congresso Regional de Informações em Ciências e Saúde – CRICS.
- O CFP não participará do Congresso Internacional de Saúde em Prisões e nem do Congresso Internacional da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça.
- A conselheira Ana Luiza Castro organizará a participação do CFP no IX Congresso Internacional de Psicología de La Liberación, em Bogotá.
- Que a Diretoria avalie todos os critérios levantados e os encaminhe para conhecimento de todos os conselheiros.
- Pensar o que o CFP quer propor à ULAPSI e aos países de língua portuguesa.
- Mapeamento das entidades da psicologia na América latina e nos países de língua portuguesa.
- Pautar, para a próxima plenária, critérios para utilização da logomarca do CFP em textos autorais.
- Pautar, para próxima plenária, critérios de financiamento para movimento social,
- Todos os convites de eventos para que os conselheiros participem em nome do CFP deverão ser remetidos à gerência, para autorização da diretoria e controle da agenda e das participações.
- Quando o CFP for convidado a participar de algum evento, ao responder sobre a participação, deixar claro que, quem convida, é quem arcará com os custos.
- Cuidar para responder os convites no tempo hábil.
- Congresso da Associação Latino-Americana de Formação em Psicología – ALFEPSI: A conselheira Ângela Caniato organizará a intervenção e participará do evento, com todas as contribuições combinadas anteriormente, de divulgação e outras.



- Evento ABRAPSO em novembro: A conselheira Márcia Mansur solicitou a orientação/contribuição das Conselheiras da Formação quanto a sua participação em novembro em evento de Psicologia Social.

A vice-presidente Clara Goldman leu uma decisão que suspende o indeferimento da Resolução 001/99.

Humberto Verona apresentou Cristina Bravo, coordenadora da Assessoria de Comunicação – Ascom.

### INDICAÇÃO DE CANDIDATAS À 12ª PREMIAÇÃO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

O presidente Humberto Verona leu o ofício sobre o ponto (em anexo). A conselheira Marilene Proença leu ao plenário um trecho biográfico informando quem foi Bertha Lutz. O plenário sugeriu alguns nomes, porém não chegou a um consenso. Ao final, a escolha do nome foi encaminhada para a próxima plenária, entre eles: Juracy Toneli, Nalu Faria e Maria da Penha.

O plenário decidiu que, se houver mais indicações, deverão ser comunicadas ao CFP-15 para que o nome seja definido na próxima plenária.

### POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE FUNCIONAL

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti abriu o ponto falando sobre a classificação internacional funcional, que já vem sendo construída mundialmente pela Organização Mundial de Saúde – OMS – desde o ano 2000. No Brasil, um grupo de conselhos profissionais começou a trabalhar a partir de 2007. O CFP ficou de fora desse processo. A Fisioterapia e o Serviço Social adotaram critérios para a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF. Essa política foi aprovada em maio de 2012. Falou do seminário do Conselhinho. Propôs trazer alguém que participou da construção da CIF para falar ao plenário e mostrar como a Psicologia pode entrar no processo, para expor a ferramenta, mostrar como é feito, para depois o plenário decidir se entra ou não. É necessário que se explique como a

classificação foi construída. Essa classificação é dinâmica, mas é possível trabalhar nela até a próxima revisão.

O conselheiro Aluizio Brito questionou se há regulamentação e qual será a meta. Maria Ermínia respondeu e mostrou o material que foi distribuído no seminário. Disse que Fonoaudiologia, Fisioterapia e Serviço Social são profissões que estão no processo. Pediu aos conselheiros lerem o documento. Ao final, foi listado o seguinte encaminhamento:

- Trazer, na próxima plenária, alguém que tenha participado do processo de construção da CIF, para expor o processo e a ferramenta com mais detalhes.

### RELATÓRIO DENASUS SOBRE AVALIAÇÃO DOS HOSPITAIS PSQUIÁTRICOS

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti falou sobre a questão de Sorocaba e da força-tarefa coordenada pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS. O relatório será discutido na Comissão de Saúde Mental, no dia 16 de agosto. É fundamental que o CFP faça as suas recomendações nesse debate. Falou do alto número de crianças internadas em manicômios. Sugeriu Marcos Garcia, psicólogo de Sorocaba, para estudar o relatório e construir recomendações. Informou que a Frente Nacional tem um grupo jurídico e solicitou o auxílio de quem puder ajudar. Segundo ela, já foi discutida, até mesmo na Presidência da República, a necessidade provar que os Conselhos de Álcool e Drogas dos estados não são conselhos, não são paritários e nem transparentes. Falou do grande número de emails relativos ao assunto. À medida que for interessante, a informação circulará. Algumas dessas informações são importantes, até mesmo para a comunicação.

O conselheiro Aluizio Brito concordou com o nome de Marcos Garcia e disse que é preciso dar a direção a ele. Maria Ermínia disse precisar de uma posição do CFP para o Programa Nacional de Avaliação de Serviços Hospitalares – PNASH – de Psiquiatria. Salientou que é preciso consultar outras entidades, enviar ofício questionando o posicionamento delas sobre a volta do PNASH/Psiquiatria e discutir na próxima plenária.

Discutido o ponto, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- Convidar o Prof. Marcos Garcia para avaliar o relatório e emitir um parecer e recomendações a serem levadas à Reunião da CISM – CNS de agosto (Até dia 16/8/12).
- Assim que o contrato for feito, passar para a conselheira Maria Ermínia dar a linha de análise institucional do CFP a Marcos Garcia, para a elaboração do parecer.
- A conselheira Maria Ermínia Ciliberti irá consultar os movimentos sociais da área sobre o programa do PNASHP – Programa Nacional de Avaliação dos Hospitais Psiquiátricos, para o CFP decidir seu posicionamento da volta ou não ao PNASH/Psiquiatria.
- Enviar email às entidades, questionando o posicionamento delas sobre a volta ou não ao PNASH/Psiquiatria.

#### SAÚDE +10

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti explicou o que é o Saúde +10, falando do movimento amplo que prevê recolher 1,5 milhão de assinaturas. Informou que dia 7 de Abril de 2013 é o último dia para receber as assinaturas para o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública. A Psicologia vai fazer alianças com outras entidades para recolher assinaturas, pois a orientação é que cada entidade coloque seu logo no seu formulário de recolhimento de assinaturas. Mostrou o modelo do Conselho Federal de Farmácia e falou sobre as estratégias por ele adotadas.

O presidente Humberto Verona sugeriu tentar recolher 20 mil assinaturas na Mostra. O conselheiro Aluizio Brito sugeriu, também, que se montasse uma banca de divulgação na Mostra. Maria Ermínia lembrou que era preciso informar as pessoas para que levassem o título de eleitor. É preciso verificar como passar a informação sobre a necessidade de título. Humberto Verona sugeriu que se mandasse um email ou um boletim especial falando da campanha que vai estar na Mostra e da necessidade de se levar o título de eleitor.



Aluizio Brito sugeriu que caberia fazer um porte pago às universidades, pedindo para que estas recolhessem as assinaturas e, a partir daí, com o porte pago, se encarregassem de fazer a coleta e mandar ao CFP. Humberto sugeriu tentar por meio de abaixo-assinado online.

A conselheira Roseli Goffman opinou que, se o CFP quiser fazer esse abaixo-assinado por meio automatizado, será preciso criar um lugar no site para que a pessoa possa entrar e consultar seu título de eleitor, pois há um sistema na internet por meio da qual se pode saber o número do título apenas indicando o nome completo. Seria muito útil colocar esse serviço no site, aliado a uma banca na Mostra.

Maria Ermínia concordou com as ideias de Roseli e solicitou que Yvone Duarte, Coordenadora-Geral do CFP, juntamente com a Ascom, verificassem isso e depois dessem uma resposta a ela, para que possa apresentá-la na próxima reunião.

O plenário aprovou que um ponto de coleta de assinaturas seria instalado em cada regional. Solicitou pautar essa questão para a reunião de presidentes. A estratégia será discutida e depois informada a todos os conselheiros.

Ao final da discussão, os seguintes encaminhamentos foram listados:

- A Diretoria vai discutir estratégias para colher as assinaturas e as passará para a Ascom. Pautar para a próxima reunião telefônica de presidentes.
- Verificar a possibilidade de ter uma página online para colher assinaturas com o número do título de eleitor da pessoa. Verificar com a conselheira Roseli Goffman o link do site que informa o número do título de eleitor a partir do nome da pessoa, para disponibilizar nessa página.
- Disponibilizar pontos de coleta informatizados e formulários para assinatura manual nos CRPs, na Mostra Nacional e Mostrs Regionais, nas universidades e nos eventos.

## SEMINÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti falou das indicações de representação do seminário do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde – FCFAS. Pediu para que, nesse momento, a discussão do caráter de direitos humanos dos outros conselhos fosse priorizada. A ideia era fechar a proposta do seminário o quanto antes. O grupo, formado pelas conselheiras Maria Ermínia Ciliberti, Marilene Proença e Heloíza Massanaro, cuidará dessa tarefa. Maria Ermínia informou que enviou um email pedindo para que o grupo de saúde cuidasse, também, desse seminário.

O conselheiro Aluizio Brito explicou que o seminário é sobre interdições judiciais. A vice-presidente Clara Goldman sugeriu juntar o seminário do FCFAS com o das interdições. Maria Ermínia explicou que o público e o método são diferentes. O presidente Humberto Verona explicou que o seminário do FCFAS é sobre álcool e drogas e o outro é sobre internação e interdição. O conselheiro Aluizio Brito propôs mudar o nome do Seminário sobre Internação Compulsória, Involuntária e Interdição. Maria Ermínia indagou sobre o que fazer para sensibilizar os conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. A vice-presidente disse que o foco é ver como fazer o debate do sistema conselhos sobre o tema, não distinguir cada nome.

A conselheira Ana Luiza Castro disse que estava pautando, para a APAF de Dezembro, a questão do registro das pessoas jurídicas de comunidades terapêuticas e a resolução do CRP 04. Essa questão foi pautada devido à dificuldade de encaminhar muitos outros pontos que surgiram no decorrer desse tempo. Informou que o coletivo decidiu propor um seminário conjunto, com um representante da Comissão de Orientação e Ética – COE – e um representante da Comissão de Orientação e Fiscalização – COF. A programação do seminário foi apresentada ao plenário.

O nome do seminário foi alterado novamente: Encontro de Comissões de Direitos Humanos e COFs do Sistema Conselhos: Internação compulsória, involuntária e interdição. As mesas 1 e 2 serão com transmissão online. O plenário fez alterações e sugestões.

Maria Ermínia Ciliberti falou dos três seminários que o CFP tem com o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Um deles diz respeito à internação e interdição; o segundo é referente ao álcool e outras drogas; e o terceiro dispõe sobre sistema prisional.

Clara Goldman salientou que é preciso deixar claro o objeto desse seminário. É importante que as pessoas saibam fazer distinção entre internação compulsória, involuntária e interdição.

Aluizio esclareceu que o seminário terá natureza interna e doméstica. Os conselheiros debateram a respeito da composição das mesas.

A conselheira Roseli Goffman falou sobre um texto da reocupação dos espaços públicos. Sugeriu que houvesse uma discussão nesse sentido.

Clara Goldman falou sobre a prática de psicólogos com populações de rua. Disse que, nesse ponto, a discussão não é de novos dispositivos, mas aborda a realidade atual sobre o que diz o código de ética profissional. Segundo ela, o grande problema é que as comissões de orientação e fiscalização não reconhecem a necessidade de fazer essa avaliação sobre as suas fiscalizações, à luz das perspectivas dos direitos humanos. Maria Ermínia disse que o problema é outro, pois a discussão terá que ser retomada, defendendo a existência de uma resolução. Clara retomou sua fala esclarecendo que não está no lado contrário. É preciso deixar claro qual será o produto desse seminário. O CFP não está trazendo as comissões de direitos humanos para conversar com as comissões de fiscalização por acaso. A questão não é só conversar, mas há mudanças de paradigmas em jogo.

Houve uma discussão sobre a resolução do CRP 04. Aluizio Brito afirmou que essa resolução não foi aprovada..Foi discutida, porém não foi para a APAF. Segundo Humberto Verona, a minuta do CRP 04 foi lida ponto a ponto, com propostas. Porém, ainda não foi levada à APAF por falta de tempo.

Terminada a discussão, foram listados os seguintes encaminhamentos:



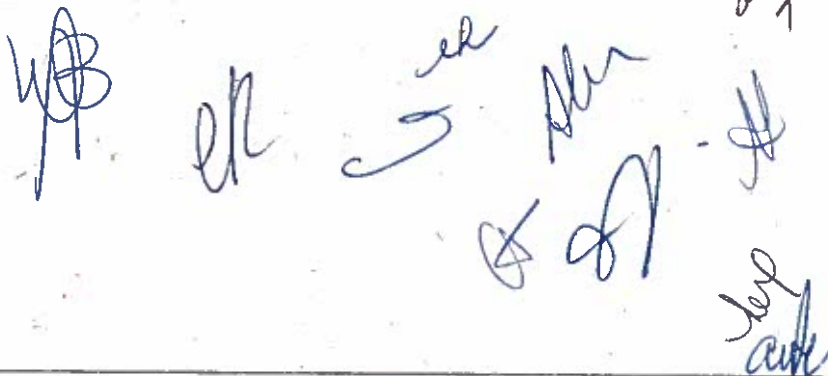
- Corrigir o Título: Encontro de Comissões de Direitos Humanos e COFs do Sistema Conselho: Internação Compulsória, Involuntária e Interdição. Data: 19 e 20/10/12.
- Reunir as conselheiras Marilene Proença, Heloiza Massanaro, Maria Ermínia Ciliberti e Flávia Lemos para preparar a proposta para o seminário do FCFAS.
- Transmissão online para as duas mesas do primeiro dia, sem apresentação de debate.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 21h38. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

- Humberto Verona*
1. Humberto Cota Verona \_\_\_\_\_
  2. Clara Goldman Ribemboim *Clara J. Ribemboim*
  3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros *Monalisa Barros*
  4. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
  5. Heloiza H. M. Almeida Massanaro *Massanaro*
  6. Marilene Proença Rebello de Souza *Marilene Rebello de Souza*
  7. Ana Luiza de Souza Castro *Ana Luiza Castro*
  8. Ângela Maria Pires Caniato *Ângela Caniato*
  9. Ana Paula Porto Noronha *Ana Paula Noronha*
  10. Maria Ermínia Ciliberti *Maria Ermínia Ciliberti*
  11. Márcia Mansur Saadallah *Márcia Saadallah*
  12. Flávia Cristina Silveira Lemos *Flávia Lemos*
  13. Sandra Maria F. de Amorim *Sandra Amorim*
  14. Marilda Castelar *Marilda Castelar*
  15. Henrique José Leal F. Rodrigues *Henrique Rodrigues*
  16. Roseli Goffman *Roseli Goffman*

## ATA DA 25ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

<b>Data:</b> 28 de Julho de 2012 – Sábado.	<b>Duração:</b> das 9h11 às 17h22
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação da primeira etapa da pesquisa profissão e gênero no exercício da psicologia no Brasil</li> <li>2. Critérios para participação do CFP em eventos nacionais</li> <li>3. Diversidade Sexual</li> <li>4. Distribuição de Processos Éticos</li> <li>5. Psicoterapia</li> <li>6. Aprovação da Resolução que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos</li> <li>7. Crianças e Adolescentes</li> </ol>	<p><b>DIRETORIA:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Humberto Cota Verona – Presidente</li> <li>2. Clara G. Ribemboim – Vice-Presidente</li> <li>3. Monalisa N. dos Santos Barros – Tesoureira</li> <li>4. Aluizio Lopes de Brito</li> </ol> <p><b>CONSELHEIROS (AS):</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>5. Flávia Cristina S. Lemos</li> <li>6. Heloíza Helena M. A. Massanaro</li> <li>7. Marilene Proença R. de Souza</li> <li>8. Ana Luiza de Souza Castro</li> <li>9. Ângela Maria Pires Caniato</li> <li>10. Ana Paula P. Noronha</li> <li>11. Henrique José L. F. Rodrigues</li> <li>12. Maria Ermínia Ciliberti</li> <li>13. Sandra Maria F. de Amorim</li> <li>14. Marilda Castelar</li> <li>15. Roseli Goffman</li> <li>16. Márcia M. Saadallah</li> </ol> <p><b>AUSENTES:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>17. Deise do Nascimento</li> <li>18. Adriana E. Matsumoto</li> <li>19. Tânia S. A. Brasileiro</li> <li>20. Cynthia Rejane C. A. Ciarallo</li> <li>21. Celso Francisco Tondin</li> </ol>



## APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA PROFISSÃO E GÊNERO NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA NO BRASIL

A vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP –, Clara Goldman, abriu a plenária apresentando a convidada do Instituto Ethos, Louise Lhullier, e também o grupo de conselheiras e especialistas que idealizaram a Pesquisa Profissão e Gênero no Exercício da Psicologia no Brasil, entre elas as conselheiras Marilda Castelar, Roseli Goffman, Marisa Sanabria e ela própria, Clara Goldman. Esse grupo trabalhou na organização do que seria prioritário e estratégico no diálogo com mulheres e homens. Foi interessante fazer um debate ampliado sobre a vida das mulheres e conhecer como elas e os homens vêem os grandes investimentos do CFP, do ponto de vista de suas ações estratégicas. É uma pesquisa que permite, também, conhecer a mulher sob as mais diversas perspectivas, como trabalho, renda, relações e até questões ligadas à violência de gênero. Louise iniciou a apresentação dos resultados da pesquisa, por meio de projeção. Explicou que a demanda da pesquisa foi verificar se há diferenças significativas relacionadas ao gênero, entre psicólogos e psicólogas, em aspectos pertinentes ao exercício profissional da psicologia. As análises foram focadas nos resultados relativos a diferenças por gênero, mas não se limitaram a isso. As diferenças por região e por faixa etária também foram objeto dos estudos. No decorrer da apresentação, o plenário fez ponderações e questionamentos, que foram respondidos pela convidada.

A vice-presidente Clara Goldman pediu para que Louise explicasse sobre os eixos da segunda etapa da pesquisa. Louise informou que há um conjunto de informações muito mais amplo do que foi apresentado ao plenário. É uma pesquisa quantitativa, que apresenta números e proporções. Falou da possibilidade de fazer a leitura desses dados à luz dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sugeriu ouvir os profissionais em relação a vários aspectos que foram levantados e que podem ter consequência na prática profissional da psicóloga, como, por exemplo, a violência, a relação com os filhos, companheiros, vida doméstica. Falou do grupo de pesquisa e na possibilidade de contar com outras pessoas que possam escrever depois para a publicação.



Marilda Castelar agradeceu à convidada e disse que este é um momento importante. É preciso avançar em como divulgar essas informações. A vice-presidente disse que a pesquisa terá visibilidade na Mostra e sugeriu combinar, com a conselheira Monalisa Barros, uma reunião do grupo de pesquisa para tratar dos resultados que deverão ser apresentados no evento.

Flávia Lemos preocupou-se com o fato de naturalizar a Psicologia como profissão de mulher. É importante que seja desconstruída essa suposta naturalização, a partir de uma perspectiva histórica de relações de gênero. O gênero tem que ser pensado não como uma condição biológica, homem e mulher, mas como algo que atravessa a análise histórica da pesquisa como uma construção de relação. É preciso pensar numa construção de relação com os dois gêneros. Pensar e contextualizar o que se entende por violência. Marilda Castelar propôs apresentar o resultado no debate online do dia 27 de agosto. Clara Goldman falou em divulgar no site de forma mais organizada e falou da tentativa de divulgar no jornal Folha de São Paulo.

A conselheira Roseli Goffman manifestou preocupação com o desdobramento da pesquisa devido ao fato de não haver, atualmente, grupos de trabalho para debate sobre o tema Mulher em todos os conselhos regionais. Propôs ter representação e refazer a pesquisa a cada três anos e pensar em estratégias para divulgação. Seria interessante criar um relato que seja, ao mesmo tempo, conciso e impactante.

O presidente Humberto Verona agradeceu à convidada Louise Lhullier pela disponibilidade de comparecer e dividir com o plenário os resultados da pesquisa. Fechou o ponto informando que o grupo de pesquisa deve continuar dando seguimento à tarefa, pois os resultados são de grande valia para o colegiado.

Ao final da apresentação, os seguintes encaminhamentos foram listados:

- Priorizar a divulgação da pesquisa na 2ª Mostra.
- Organizar telereunião com o grupo da pesquisa (sem definição de data).
- Divulgar a articulação posterior junto à Folha de São Paulo.
- Para a segunda etapa, avaliar qualitativamente a pouca diferença presente na pesquisa entre homens e mulheres.

- Manter a pesquisa, com periodicidade de três em três anos.
- Pensar em estratégias para a divulgação dos resultados.
- O lançamento da pesquisa será no dia 27 de agosto de 2012.

## CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO DO CFP EM EVENTOS NACIONAIS

O presidente Humberto Verona iniciou o ponto observando que, na reunião do dia anterior, o plenário discutiu muitos critérios para participação em eventos internacionais e deixou de falar dos critérios referentes a eventos nacionais. Há questões que já estão pactuadas, que seriam reafirmadas na presente reunião.

A conselheira Monalisa Barros observou que, devido ao alto número de solicitações para comparecimento em eventos nacionais, é de suma importância a existência de critérios de seleção. Falou dos custos do Sistema Conselhos relativos a tais participações e das solicitações de ajuda financeira para participação nos eventos, lembrando que o orçamento dos Conselhos Regionais 04, 05 e 07 é maior que o do CFP. É preciso avaliar melhor esses critérios, pois a despesa é muito alta. Sugeriu que os demais conselheiros olhassem o centro de custos e avaliassem o montante despendido. Maria Ermínia apontou que, diante dos critérios de participação, podia-se favorecer o apoio ou não a movimentos políticos. Monalisa retomou sua fala, apontando que não era corte de verba, mas que era preciso sempre ver a importância da participação do CFP.

Maria Ermínia elogiou o processo de transparência apresentado por Monalisa. Pediu pauta para próxima plenária para discutir critérios de publicação em nome do Conselho Federal e da utilização do logomarca do CFP. O presidente falou da importância de que de todos os convites dos eventos dos quais os conselheiros participassem fossem remetidos ao plenário para que todos tenham conhecimento. A conselheira Ana Paula Noronha lembrou que é preciso ter cuidado com a questão dos eventos, para não ferir as relações.

O presidente reforçou a importância de que todos os eventos dos quais os conselheiros participassem, na condição de conselheiro federal, fossem remetidos ao CFP, para que haja uma agenda organizada. É importante que

todos os conselheiros compartilhem o que estão realizando em nome do colegiado.

Monalisa Barros encerrou o ponto esclarecendo que o assunto, em nenhum momento, foi proposto com o sentido de realizar cortes financeiros, pois, ao contrário, houve aumento considerável no aporte de dinheiro. A intenção é que esse aumento seja efetivamente produtivo e proativo, que não seja irresponsável e descontrolado.

O presidente Humberto Verona deu um informe sobre a avaliação psicológica e leu um documento feito pelo CFP sobre o uso indevido de testes psicológicos na internet (em anexo).

A vice-presidente Clara Goldman deu uma explicação sobre o parágrafo relativo à ação do MP, e Cristina Bravo, da ASCOM, disse que a nota já havia sido revisada. A conselheira Roseli Goffman sugeriu mudar o título do documento para "Nota do CFP sobre testes psicológicos na internet". A ASCOM ficou encarregada da revisão.

## DIVERSIDADE SEXUAL

**Posição do CFP quanto ao processo transexualizador.** A vice-presidente Clara Goldman falou do processo da Resolução 001/99 sobre a despatologização. Informou que a portaria sobre o processo transexualizador e toda a política LGBT estavam sendo rediscutidas, e que o CFP não estava nessa equipe. No entanto, o CFP recebeu, por intermédio de um militante do movimento, uma resposta do Ministério da Saúde acerca da posição que o colegiado assumiu junto a outras entidades em relação à questão da despatologização. Essa resposta diz que o CFP tem defendido o tema e que o Ministério está atento à necessidade de revisão. Em razão disso, é necessário avaliar qual será a estratégia adotada em relação ao movimento social e à população LGBT.

A conselheira Marilda Castelar disse que esteve no debate e trouxe a carta de despatologização ao plenário, que foi aprovada. Era a resposta do seminário que aconteceu em dois dias e que o CFP só foi convidado a participar de um dia. Disse que não há consenso e houve proposta de o CFP ser o articulador dessa discussão, juntamente com o Conselho Federal de



Medicina – CFM –, a Sociedade de Psiquiatria e o Conselho Nacional de Saúde – CNS. Mostrou uma carta resposta, uma síntese do evento e leu os encaminhamentos (em anexo).

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que estava difícil trabalhar na área da saúde no CFP, pois o CNS tem 25 comissões. Criticou a participação do CFP em algumas comissões. Considerou que o CFP é capaz de atuar como mediador, pois, tirando o ato médico, não existem problemas com o CFM. É a chance de o CFP pegar o protagonismo desse movimento. Ressaltou que essa conversa devia ser de diretoria. A comissão está mudando de direção, por isso a dificuldade para entrar. Reforçou que as questões LGBT devem ser prioridade.

A vice-presidente Clara Goldman disse que a situação era delicada. O Ministério da Saúde se sente ameaçado com a posição do CFP, que não está na comissão que está revisando a portaria. O Ministério da Saúde não convidou o CFP. Uma solicitação foi feita às coordenadoras Marta Klumb e Jerusa Vasconcelos para que providenciassem um mapeamento dos psicólogos.

A conselheira Monalisa Barros sugeriu que se desse uma pausa nessa discussão, para que, assim, pudesse ser construído um mapa da situação. Falou que é preciso levar em conta a dimensão do CNS, que é o conselho mais antigo do Brasil, sendo, na sua opinião, um importante espaço de controle social. Propôs, também, marcar uma reunião entre a Diretoria e a conselheira Maria Ermínia para fazer esse mapa, e, posteriormente, trazê-lo à plenária e discutir os lugares nos quais o CFP precisa estar. Discutir, também, a posição do CFP com o movimento social e com a questão da despatologização.

O presidente Humberto Verona fez um apanhado do que foi dito, acrescentando que existe uma portaria do Ministério da Saúde que regulariza o processo transexual e falou da necessidade de ter a Classificação Internacional das Doenças – CID. A questão é que, para o SUS fazer a cirurgia, é preciso o emprego do CID. Falou da proposta de discutir com o grupo da saúde e da proposta de um grupo *ad hoc* para uma discussão mais ampla sobre o processo no Brasil. O presidente listou os nomes indicados (em anexo). Conferiu os encaminhamentos. Maria Ermínia ressaltou que havia tempo para a discussão da portaria no Ministério da Saúde. Há uma comissão com

psicólogos que atuam na área para construção da nota técnica com participação dos psicólogos dessa área. Outro grupo *ad hoc* é para a comissão LGBT. Solicitou a inclusão da socióloga Lurdinha Rodrigues nessa comissão.

Finalizado o debate, os seguintes encaminhamentos foram listados:

- Mapear o CNS, Comissões e dinâmica política, para clarear o posicionamento do CFP dentro dele e preparar para o processo eleitoral do CNS.
- Após o mapeamento, definir quais lugares merecem maior destaque para a participação do CFP.
- Discutir a posição do CFP com os movimentos sociais no que tange à garantia de direitos e avançar na discussão da despatologização com acesso ao SUS, participando do processo de revisão da Portaria 457/2008 do Ministério da Saúde.
- Construir nota técnica com referências para a atuação dos psicólogos que trabalham nas Unidades de Atenção Especializada no Processo Transsexualizador, com a participação dos profissionais que atuam nesse processo.
- Aprovado constituir uma Comissão *ad hoc* para contribuir com o CFP no debate LGBT. Nomes indicados: Sandra Spósito, Ana Ferri, Ana Uziel, Tatiana Leôncio, Toni Reis, Angelo Brandelo Costa e Lurdinha Rodrigues.

Após a discussão, houve intervalo para almoço das 12h15 às 13h50.

Após o retorno do almoço, o presidente Humberto Verona apresentou aos conselheiros um filme sobre os 50 anos da Psicologia. A conselheira Marilene Proença falou sobre a exposição. Informou que um catálogo foi produzido e a exposição foi feita considerando a linha do tempo da Psicologia.

O presidente Humberto Verona disse que o filme da Mostra é da APAF, e não do CFP. Em relação aos 50 anos, não é o CFP quem decide. O CFP só opina naquilo que ele escolheu fazer, como o selo e o prêmio César Ades, por exemplo. Esclareceu sobre a conversa que teve com o prefeito de São Paulo, que ofereceu apoio à Mostra. A prefeitura de São Paulo precisava apoiar a Mostra, já que ela será realizada nessa cidade. A conselheira Monalisa Barros lembrou que o dinheiro gasto na Mostra não é do CFP, e sim da conta divulgação. Até o momento, o CFP não utilizou dinheiro próprio.

## DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS ÉTICOS

O conselheiro Aluizio Brito falou da distribuição dos processos éticos para outubro e apresentou sugestões das conselheiras Adriana Eiko, Ana Luiza Castro, Sandra Amorim, Tânia Brasileiro e Marilda Castelar. Expôs cada um dos processos. O conselheiro Aluizio Brito perguntou quem poderia estar presente na plenária ética do dia 30 de agosto. A plenária seria dia 31, mas foi suspensa em função da audiência em homenagem aos 50 anos da Psicologia na Câmara dos Deputados. Confirmaram presença toda a Diretoria e ainda as conselheiras Flávia Lemos e Heloíza Massanaro. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti ficou de confirmar.

Maria Ermínia propôs que a consulta fosse feita via e-mail a todos os conselheiros.

Confirmaram participação no dia 30 de agosto os conselheiros: Humberto Verona, Clara Goldman, Deise Nascimento, Aluizio Brito, Flávia Lemos e Heloíza Massanaro. Esses nomes foram aprovados por unanimidade. Informou que o próximo processo ético será no dia 30 de agosto e que no dia 31 será a audiência na Câmara dos Deputados em homenagem aos 50 anos da Psicologia.

Para a plenária de Outubro:

- Processo 1405-12 - Ana Luiza Castro
- Processo 1404-12 - Adriana Eiko
- Processo 1654-12 - Marilda Castelar
- Processo 1661-12 - Tânia Brasileiro
- Processo 1406-12 - Sandra Amorim

Os seguintes encaminhamentos foram acordados:

- O Processo da conselheira Maria Ermínia, que seria julgado em setembro, passou para outubro.
- A plenária ética de agosto acontecerá dia 30/8, pois dia 31/8 haverá um evento em homenagem ao CFP na Câmara dos Deputados, com horário a confirmar. Após o evento do dia 31/8 haverá a plenária.
- Não poderão vir, no dia 30/8, os seguintes conselheiros: Marilene Proença, Roseli Goffman, Marilda Castelar, Henrique Leal, Sandra Amorim e Ana Luiza Castro.



- Confirmar participação das conselheiras Maria Ermínia Ciliberti, Tânia Brasileiro, Adriana Eiko e do conselheiro Celso Tondin.

## PSICOTERAPIA

O conselheiro Henrique Leal abriu o ponto explicando que o problema relativo à Psicoterapia é algo que já vem se arrastando há algum tempo, mas atingiu maior relevância a partir de 2009, quando algumas etapas que precisavam ser concluídas não foram finalizadas. Há uma reverberação atual nesse sentido, pois há muita pressão relativa a algumas abordagens no questionamento do papel do CFP. Apresentou um histórico da Psicoterapia desde dezembro de 2007 (em anexo), explicando cada ponto. Mostrou um texto orientativo de 2007 sobre novas práticas em Psicologia (em anexo). Falou da importância de se definir o que é Psicoterapia e Psicologia Clínica e qual o papel do CFP na formação de psicoterapeutas.

O presidente Humberto Verona questionou Henrique se o material que apresentado era resultado do ano temático ou sua opinião pessoal. Henrique Leal respondeu que o material foi exposto com a intenção de se pensar se este pode representar o posicionamento do colegiado, para que seja possível tomar posse dessa discussão e, assim, encaminhar um projeto político. É uma tentativa de ordenar, reordenar e repensar algo que não estava claro.

O presidente Humberto Verona salientou que, durante o ano da Psicoterapia, concluiu-se que o campo é amplo e multiprofissional. Por isso, foi definido que o foco não deveria ser a Psicoterapia e concluiu que o que interessa ao CFP é a Psicologia Clínica que está presente no Sistema Único de Saúde – SUS – e em vários lugares, sob várias abordagens. Propôs discutir a Psicologia Clínica, identificando que dentro dela existe a Psicoterapia, e fazer uma nota técnica esclarecendo o que é reconhecido ou não.

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti opinou que, na Saúde, é estratégico construir uma oficina para discutir o psicossocial, que virou discussão de clínica ampliada. Henrique Leal propôs fazer uma nota mais clara e objetiva, que todos possam entender e que não impeça que os psicólogos trabalhem. Propôs refazer a nota técnica tirando todas as ambiguidades. O presidente pediu que o conselheiro Henrique Leal e quem mais quisesse fizessem uma proposta de oficina ou seminário sobre o tema.

Maria Ermínia sugeriu orientar a reunião de presidentes para que os conselhos regionais só abram processos de usuários lesados. A conselheira Ângela Caniato não concordou com o encaminhamento e disse que era preciso primeiro definir Psicoterapia. Os conselheiros Henrique Leal, Márcia Mansur e Maria Ermínia Ciliberti ficaram responsáveis por discutir a Psicoterapia e construir uma proposta de oficina ou seminário. Os conselheiros Aluizio Brito, Henrique Leal, Márcia Mansur e Ana Paula Noronha ficaram de acompanhar os trabalhos.

Finalizado o ponto, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- Discutir a psicologia clínica: o que é e o que cabe dentro dessa psicologia, etc. Os conselheiros Henrique, Aluizio, Márcia, Ana Paula e Ângela farão uma proposta de seminário sobre o assunto.
- Organizar espaço de discussão sobre as diversas racionalidades dentro do campo e da clínica e a questão dos métodos e técnicas reconhecidos e não reconhecidos dentro desse debate.
- Após essa discussão será feita revisão do texto orientador visando deixá-lo mais claro e objetivo, mostrando o que é a psicologia clínica, o que é reconhecido e o que não é reconhecido (não em forma de lista de abordagens reconhecidas e não reconhecidas, mas explicando que as diferentes técnicas devem ser avaliadas conforme o Código de Ética).
- Dialogar em reunião de presidentes sobre a necessidade de criarmos referências para análise das várias abordagens em psicoterapia. Até que este processo se finalize, os Conselhos Regionais não devem abrir denúncias *ex-officio* (organizar os argumentos, explicando que, ainda que as denúncias *ex-officio* tenham amparo legal, há evidências e razões para segurarmos esse tipo de denúncia). As denúncias enviadas por usuários dos serviços de psicologia devem ser acatadas.

#### APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COMO PERITO NOS DIVERSOS CONTEXTOS

A vice-presidente Clara Goldman abriu o ponto falando da interlocução que o CFP teve com a vice-presidente do CRP 01 sobre a necessidade de uma regulamentação para embasar os editais de concurso público para psicólogos

peritos. Essa é uma possibilidade de abertura de postos de trabalho e, ao mesmo tempo, de organização da relação de trabalho, pois existem muitos psicólogos que trabalham com perícia, mas não são concursados como peritos. Informou que Monalisa Barros, Adriana Eiko e Aluizio Brito já haviam organizado uma minuta de resolução, o que fez com que o trabalho obtivesse grande avanço. Pediu à conselheira Ana Paula Noronha para trazer sugestões do Instituto Brasileiro de Avaliações Psicológicas – IBAP. Sugeriu que o presidente Humberto Verona levasse essa minuta de pauta para a reunião de presidentes para que se discutisse processo pelo qual esse debate será ampliado. Será na reunião de presidentes a ocasião em que poderá ser combinada a forma de os regionais se apropriarem a avaliarem essa questão. Dessa forma, depois da reunião Humberto Verona vai informar ao colegiado como será a continuidade do processo. Disse que essa é a proposta, que os regionais encaminhem seus posicionamentos para que o CFP possa continuar trabalhando, sem a necessidade de criar um grupo de trabalho.

O presidente Humberto leu a minuta de resolução (em anexo). Os conselheiros discutiram e fizeram ajustes ao texto, a fim de torná-lo mais claro e objetivo. Após a definição do texto, a Resolução foi aprovada pelo plenário.

Ao final, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- Levar o ponto à reunião de presidentes do dia 2 de agosto para que os Conselhos Regionais possam contribuir e, posteriormente, o CFP sistematizará o documento. Não criar GT.
- Encaminhar a minuta aos Conselhos Regionais como subsídio do ponto.
- Informar que se trata de minuta para discussão do Sistema Conselhos.

## **CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

A conselheira Sandra Amorim atualizou a plenária sobre os últimos acontecimentos relativos ao tema. Informou que a participação no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – agora é lei. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – esteve presente, e o CFP participou de todas as discussões. A segunda ação que está sendo conduzida por esse coletivo é um grupo de trabalho, a convite da Deputada Federal Erika Kokay, para a elaboração de uma carta compromisso, a ser encaminhada aos candidatos a prefeitos, com a pauta da infância e da adolescência. A terceira ação será a participação na organização do seminário



internacional Saúde Mental e Sistema de Justiça Juvenil, que acontecerá no Brasil em novembro de 2012. Falou, também, da reunião com o coordenador da questão do trabalho infantil na Organização Internacional do Trabalho – OIT –, Renato Mendes.

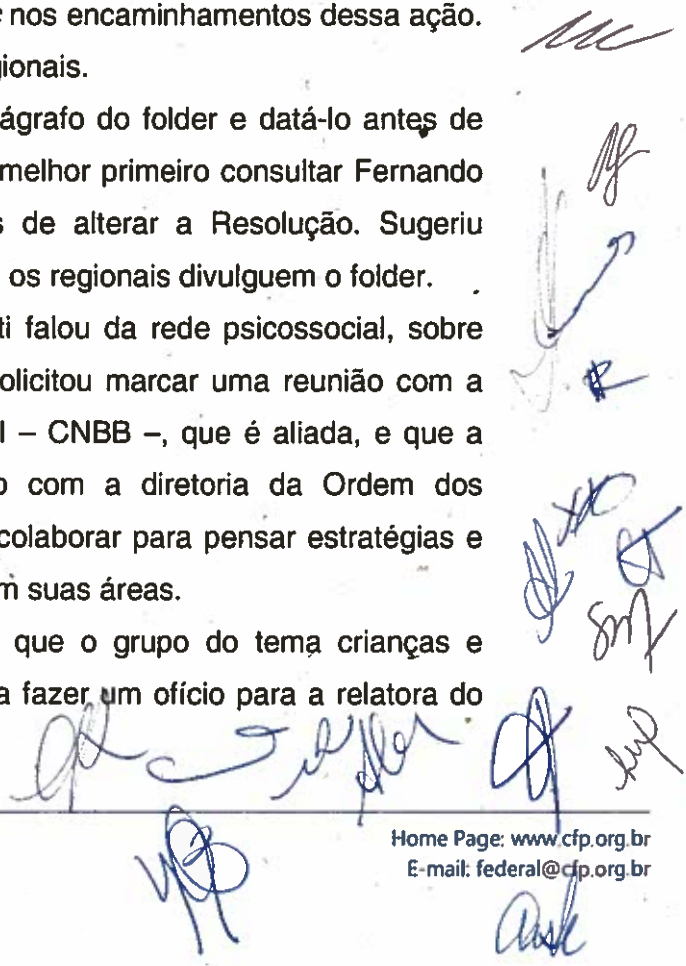
Falou da elaboração do PL 23/2012, apresentado pelo Senador Aloysio Nunes, que diz respeito à questão da saúde. O PL objetiva promover uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, inserindo uma oitava medida socioeducativa, denominada médico-psiquiátrica. O presidente Humberto Verona pediu a Olmar Klich, assessor parlamentar do CFP, que conferisse o andamento desse PL. Sandra Amorim perguntou se a ação do CFP vai ser conjunta com o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS –, pois este fez contato perguntando quais seriam as próximas ações. É preciso fazer encaminhamentos com relação à Resolução 10/2010. Falou sobre a confecção de três vídeos que seriam apresentados na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CNDCA –, mas que não foram produzidos por falta de tempo hábil e questões logísticas e operacionais. Tais vídeos, neste momento, já podem ser elaborados, visto que a licitação já foi finalizada.

O presidente Humberto Verona informou que a ação jurídica já está definida e verá a possibilidade de Nilo Batista, coordenador do Instituto Carioca de Criminologia, ser um colaborador *ad hoc* nos encaminhamentos dessa ação. O manifesto será enviado para todos os regionais.

Sandra disse que deve tirar um parágrafo do folder e datá-lo antes de encaminhar. O presidente disse que acha melhor primeiro consultar Fernando Nazaré, assessor jurídico do CFP, antes de alterar a Resolução. Sugeriu propor na reunião de presidentes que todos os regionais divulguem o folder.

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti falou da rede psicossocial, sobre qual a posição o CFP deve apresentar. Solicitou marcar uma reunião com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB –, que é aliada, e que a diretoria do CFP marcasse uma reunião com a diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Dispôs-se a colaborar para pensar estratégias e pediu aos conselheiros para colaborarem em suas áreas.

O conselheiro Aluizio Brito sugeriu que o grupo do tema crianças e adolescentes fizesse uma telereunião para fazer um ofício para a relatora do



projeto. Sandra Amorim disse que não precisa de tele-reunião, pois ela fará o documento para a relatora do PL.

Segundo Humberto Verona, a reunião com a CNBB é para discutir relatórios médicos como prova pericial. Disse que falta objetivo para a reunião com a OAB.

O conselheiro Aluízio Brito avisou aos conselheiros que a data do encontro entre Comissão de Direitos Humanos e comissões de orientação e fiscalização será nos dias 19 e 20 de outubro.

Finalizado o ponto, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- Olmar Klich verificar a situação do PL 23/2012 e informar as conselheiras do tema Crianças e Adolescentes.
- Fazer documento para a relatora do PL 23/2012, urgente. O CFP está compondo o grupo que está redigindo o documento.
- Encaminhamentos sobre a Resolução CFP 10/2010 – verificar com o Nilo Batista (como *ad hoc*), se poderá colaborar com o CFP. A ação será conjunta com o CFESS.
- Consultar, antes, o Dr. Fernando Nazaré se há necessidade de retirar do verso do documento sobre a defesa do amplo debate sobre inquirição de crianças e adolescentes no sistema de justiça o destaque inferior para conhecer a Resolução CFP 10/2010.
- Orientar os Conselhos Regionais sobre como proceder enquanto a Resolução está suspensa.
- Elaborar um documento mais detalhado que a nota colocada no site, enfatizando as questões relativas ao Código de Ética e à autonomia profissional (GT).
- Avaliar a possibilidade de uma conversa com a CNBB, para discutir a utilização dos relatórios médicos e psicológicos, bem como laudos periciais, como prova documental.
- Avaliar a possibilidade de uma reunião entre a Diretoria do CFP com a Diretoria da OAB, para discutir sobre a guarda compartilhada, pois os advogados estão orientando as mães a afirmar que o pai abusou da criança, para cancelar a guarda compartilhada. Verificar com a OAB se o advogado pode ou não fazer isso.

- Acompanhar a tramitação e propor alterações ao Código de Processo Penal que está sendo revisado e, em seus artigos 192 a 195, trata da inquirição de crianças e adolescentes. Defender que os laudos psicológicos e periciais possam ser considerados como prova.
- Manter o debate sobre o tema no CONANDA.
- Os vídeos anteriormente previstos para serem lançados na 9ª CNDCA serão elaborados imediatamente, visto que a licitação já foi finalizada.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 17h22, solicitando que todos os informes da pauta fossem enviados por e-mail aos conselheiros. O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 17h22. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

*Feito horas do meio*

1. Humberto Cota Verona \_\_\_\_\_
2. Clara Goldman Ribemboim *Clara G. Ribemboim*
3. Monalisa N. dos Santos Barros *Monalisa N. dos Santos Barros*
4. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
5. Heloiza H. M. Almeida Massanaro *Heloiza H. M. Almeida Massanaro*
6. Marilene Proença Rebello de Souza *Marilene Proença Rebello de Souza*
7. Ana Luiza de Souza Castro \_\_\_\_\_
8. Ângela Maria Pires Caniato *Ângela Maria Pires Caniato*
9. Ana Paula Porto Noronha *Ana Paula Porto Noronha*
10. Maria Ermínia Ciliberti *Maria Ermínia Ciliberti*
11. Márcia Mansur Saadallah *Márcia Mansur Saadallah*
12. Flávia Cristina Silveira Lemos *Flávia Cristina Silveira Lemos*
13. Sandra Maria F. de Amorim *Sandra Maria F. de Amorim*
14. Marilda Castelar *Marilda Castelar*
15. Henrique José Leal F. Rodrigues *Henrique José Leal F. Rodrigues*
16. Roseli Goffman *Roseli Goffman*